

## **CAMINHOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A SALA DE AULA: NOVAS E ANTIGAS AFIRMAÇÕES ACERCA DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO (RE)VISITADAS**

*PATHWAYS OF SOCIOLINGUISTICS TO THE CLASSROOM: NEW AND OLD STATEMENTS ABOUT NOMINAL NUMBER AGREEMENT (RE)VISITED*

**Thamiris Coelho<sup>1</sup>, Monique Alves Vitorino<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, PE, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0009-4519-8683>  
[thamiris.coelho@upe.br](mailto:thamiris.coelho@upe.br)

<sup>2</sup> Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, PE, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0002-3195-7422>  
[monique.vitorino@upe.br](mailto:monique.vitorino@upe.br)

Recebido em 05.07.2026

Aceito em 04.08.2026

**Resumo:** Está amplamente demonstrado que a concordância nominal de número (CN) no português brasileiro (PB) segue uma regra variável, condicionada por fatores internos e externos ao sistema linguístico. Contudo, no contexto do ensino de língua materna, esse fenômeno é geralmente apresentado como uma regra categórica, cuja não realização é tratada como erro. Esta investigação teve como objetivo analisar o tratamento dado pelo livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio aos conteúdos de CN, revisitando o caso “Por uma vida melhor” (Ação Educativa, 2011). Especificamente, buscou-se: (i) analisar a forma como os conceitos relacionados à CN são apresentados no LD; (ii) investigar se a abordagem presente nos materiais aproxima-se da perspectiva das gramáticas tradicionais (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2016) ou das contribuições advindas dos estudos linguísticos contemporâneos (Bagno, 2012; Mendonça, 2022; Bortoni-Ricardo, 2004); (iii) verificar se o caso “Por uma vida melhor” trouxe a superação dos equívocos e imprecisões disseminados à época da emergência dos debates sobre o livro. Dentre os estudos que fundamentaram a pesquisa estão Naro e Scherre (1993; 2007), Guy (1981), Scherre (1988), Lopes (2001), Coelho (2022) e Lucchesi (2009; 2015). O *corpus* da pesquisa é constituído pelas seções destinadas ao ensino da CN, bem como pelas orientações presentes no manual do professor, do LD *360º Língua Portuguesa: 3º ano*, de Campos e Oda (2024). A análise demonstrou certa abertura à diversidade linguística, contudo, esta ocorre de maneira limitada e controlada, uma vez que a norma padrão permanece como principal referência de legitimidade linguística no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Concordância nominal de número. Ensino de língua portuguesa. Livro didático.

**Abstract:** It has been widely demonstrated that nominal number agreement (CN) in Brazilian Portuguese (PB) follows a variable rule, conditioned by factors internal and external to the linguistic system. However, in the context of mother tongue teaching, this phenomenon is generally presented as a categorical rule, the non-occurrence of which is treated as an error. This investigation aimed to analyze the treatment given by the Portuguese language textbook for High School to the content of nominal number agreement, revisiting the case "For a better life" (Ação Educativa, 2011). Specifically, the objective was: (i) to analyze how concepts related to CN are presented in the textbook; (ii) to investigate whether the approach present in the materials is closer to the perspective of traditional grammars (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2016) or contemporary linguistic studies (Bagno, 2012; Mendonça, 2022; Bortoni-Ricardo, 2004); (iii) to verify whether the case "For a Better Life" overcame the misconceptions and inaccuracies disseminated about the textbook. Among the studies that provided the

basis for the research are Naro and Scherre (1993; 2007), Guy (1981), Scherre (1988), Lopes (2001), Coelho (2022) and Lucchesi (2009; 2015). The research corpus consists of the sections intended for teaching CN, as well as the guidelines present in the teacher's manual, from the textbook 360° Língua Portuguesa: 3º ano, by Campos and Oda (2024). The analysis demonstrated a certain openness to linguistic diversity; however, this occurs in a limited and controlled manner, since the standard norm remains the main reference for linguistic legitimacy in the school environment.

**Keywords:** Nominal number agreement. Teaching Portuguese language. Textbook.

## INTRODUÇÃO

A motivação principal para a realização deste trabalho surgiu da necessidade de observar não apenas o escopo de pesquisas científicas a respeito da concordância nominal de número (doravante CN), mas também da demanda de verificar até que ponto o ensino de língua portuguesa tem sido – ou não – influenciado pelos resultados dessas pesquisas. No Brasil, o ensino de língua é, historicamente, orientado por uma perspectiva normativa que privilegia a fixação de regras gramaticais em detrimento da observação do uso real da língua. Nesse modelo, a CN é geralmente apresentada como uma regra categórica, cuja não realização é frequentemente tratada como erro. Entretanto, como demonstrado por estudos sociolinguísticos, a CN no português brasileiro (PB) não pode ser compreendida como um fenômeno uniforme, mas como uma regra variável, condicionada por fatores internos e externos ao sistema linguístico.

A regra variável de CN é um dos fenômenos mais estudados no português em todas as suas variedades. Além disso, esta coloca em evidência a distinção entre o PB e o português europeu (PE) (Naro e Scherre, 1993; 2007), uma vez que, no PE, há uma presença maior, quase categórica, da marcação de plural em todos os constituintes nominais flexionáveis. Em contrapartida, no PB, principalmente na variedade popular, as marcas de plural tendem a ser mantidas apenas no primeiro elemento do sintagma (Guy, 1981; Scherre, 1988; Lopes, 2001; Andrade, 2003, 2006; Baxter, 2009; Coelho, 2022).

Estudar a CN no PB é atentar-se, sobretudo, para os fatores extralinguísticos que confirmam a existência de uma polarização linguística e social do PB (Lucchesi, 2009; 2015). De acordo com Lucchesi (2009; 2015), o fenômeno afeta os dois extremos das normas linguísticas, porém há uma intensidade maior na variedade popular, na qual é mais frequente o apagamento da marca de número nos nomes

núcleos do SN. Nesse sentido, pesquisas, como a de Coelho (2022), apontam que os padrões normativos da regra de concordância seguem os pressupostos de um continuum (Bortoni-Ricardo, 2005; Lucchesi, 2015) com maior aplicação da regra no português falado em áreas urbanas, tendo aplicação intermediária nas áreas denominadas rurbanas, e menor aplicação em variedades rurais e afro-brasileiras.

A perspectiva normativa, muitas vezes, desconsidera a realidade linguística e prescreve regras baseadas em conceitos preestabelecidos, tendo em vista um modelo de língua padrão que, no caso da língua portuguesa, por razões sociopolíticas, mantém-se ligado ao PE. No livro didático (LD), ainda predomina essa perspectiva tradicional, centrada sobretudo em classificações (Geraldi, 2016). Em contrapartida, as pesquisas linguísticas contemporâneas defendem uma abordagem mais produtiva do ensino gramatical, pautada na análise linguística, capaz de promover reflexões sobre o funcionamento da língua e favorecer a formação de sujeitos críticos (Araújo; Saraiva; Sousa Filho, 2021; Mendonça, 2022).

Nesse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o tratamento dado pelo livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio aos conteúdos de CN, retomando o caso “Por uma vida melhor” (Ramos, 2011), discussão bastante profícua, marcada por preconceitos e desinformação - que ganhou os meios de comunicação - sobre ensino de concordância nominal ocorrida em 2011. Pretende-se, com isso, compreender de que maneira o fenômeno é apresentado aos estudantes e quais concepções de língua sustentam essa abordagem.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) analisar a forma como os conceitos relacionados à CN são apresentados no LD; (ii) investigar se a abordagem presente nos materiais aproxima-se da perspectiva das gramáticas tradicionais (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2016) ou das contribuições advindas dos estudos linguísticos contemporâneos (Bagno, 2012; Mendonça, 2022; Bortoni-Ricardo, 2004); (iii) verificar se o caso “Por uma vida melhor” trouxe a superação dos equívocos e imprecisões disseminados à época da emergência dos debates sobre o livro.

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de ampliar as discussões acerca do ensino de gramática no contexto escolar, considerando que a maneira como a abordagem gramatical é feita pode impactar diretamente o eixo de análise linguística/semiótica (Brasil, 2018). Este, por sua vez, envolve a compreensão e o reconhecimento das materialidades textuais enquanto responsáveis pela produção

de efeitos de sentido, além de levar em conta a heterogeneidade constitutiva da linguagem e compreender o seu ensino articulado às demais práticas de linguagem (leitura, produção textual e oralidade). Além disso, o estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais dinâmicas, interativas e contextualizadas, favorecendo didáticas mais significativas.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresentam-se discussões teóricas acerca da CN, articulando contribuições da gramática normativa e das pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno no PB. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos que orientam a pesquisa e o *corpus* analisado. Na terceira seção, desenvolve-se a análise do tratamento dado à CN no LD 360º Língua Portuguesa: 3º ano, buscando compreender as concepções de língua presentes no material e as relações estabelecidas entre norma padrão, variação linguística e ensino. Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

## **1. CONCORDÂNCIA NOMINAL: O QUE É E O QUE DIZEM A GRAMÁTICA NORMATIVA E AS PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS**

A concordância consiste em um fenômeno linguístico no qual duas ou mais palavras estabelecem relação de compatibilidade quanto a determinados traços gramaticais, compartilhando entre si o mesmo valor relevante (Radford, 1997). No que se refere especificamente à CN, determinada pela flexão morfológica que indica pluralidade, as línguas naturais apresentam diferentes formas de marcar o plural nos nomes. No português, a categoria de número pode ter dois valores: singular e plural. A forma singular, em geral, não recebe marcação morfológica, enquanto o plural é formado, pela regra mais produtiva da língua, por meio da sufixação com o acréscimo do morfema -s.

No exemplo (1), observa-se a aplicação da regra de CN através da marcação morfológica realizada pelo morfema -s, cuja presença se estende aos elementos flexionáveis do sintagma nominal. É importante destacar, ainda, que o morfema -s apresenta alomorfes, como -es e -is, condicionados por fatores fonéticos.

(1)

a. ah, tinha os musgos vinha tudo praí [ISAULF3]

b. nós estava sozinha den'de casa, nós quatro, as irmãs mais novas [ROSF1]

(Exemplos retirados dos corpora de fala do Projeto Vertentes (UFBA))

A CN entre elementos do SN é um dos fenômenos mais estudados no português por distinguir de forma significativa o PB do PE (Naro, 1981; Scherre, 1988; Naro e Scherre, 1993, 2007; Brandão, 2013, 2015). No PE, a regra de aplicação da CN é aplicada na forma canônica quase que de forma categórica, apresentando um percentual muito baixo de variação mesmo entre falantes que possuem pouca ou nenhuma escolaridade e indica um quadro de estabilidade linguística (Naro e Scherre, 2007; Brandão, 2015).

A marcação de plural em todos os constituintes nominais flexionáveis mostra-se, em certa medida, redundante, pois, ao se marcar o plural no primeiro elemento do SN, no PB, já se pressupõe que todo o SN possua valor plural, tornando excessiva a repetição da marca em todos os constituintes flexionáveis. Essa característica favorece a ocorrência de variação entre diferentes formas linguísticas, como observa Castilho (2010, p. 401) ao questionar: “Por que tanto {-s} se espalhando ao longo do sintagma nominal, como em os livros antigos? [...] Basta dizer os livro antigo [...]” para que a informação seja compreendida.

A Sociolinguística Variacionista, inaugurada pelos trabalhos de Labov, estabelece que a variação linguística é parte constitutiva do sistema da língua, sendo governada por regras probabilísticas e condicionada por fatores estruturais e sociais (Labov, [1972] 2008). Nesse modelo, a noção de “erro” é substituída pela de “variável linguística”, entendida como um conjunto de variantes que coexistem no sistema. No caso da CN, diferentes formas de realização, com ou sem marcação redundante de plural, constituem variantes de uma mesma variável, conforme exemplo (2): a) apresenta um SN com concordância, pois a marcação de plural está realizada morfossintaticamente nos dois constituintes, e b) apresenta um SN sem concordância, pois a marca de plural está apenas no primeiro constituinte.

(2)

a. uns policiais veio trazê ela aqui

b. os pai perdeu o controle dos filho [ANTONM1]

(Exemplos retirados dos corpora de fala do Projeto Vertentes (UFBA))

Os estudos sobre a CN no PB têm revelado que a alternância entre presença e ausência de concordância envolve não apenas processos morfossintáticos, mas também fatores fonético-fonológicos. Entre eles, destaca-se a saliência fônica, entendida como o contraste de material fônico entre singular e plural, variável considerada uma das mais relevantes para a explicação da marcação de plural (Lemle e Naro, 1976). Além disso, fatores como posição linear do constituinte, classe gramatical, marcas precedentes e configuração sintagmática têm sido amplamente investigados.

Dentre os trabalhos pioneiros sobre a CN no PB, destaca-se a pesquisa de Scherre (1988), considerada referência fundamental para os estudos variacionistas sobre o tema. A autora teve como objetivo principal descrever e explicar a sistematicidade do uso variável da CN no SN, identificando os fatores linguísticos e sociais que condicionam a aplicação da regra. Na perspectiva mórfica, Scherre (1988) analisou onze variáveis linguísticas, dentre as quais oito se mostraram mais relevantes para a marcação de plural nos itens do SN: saliência fônica, relação entre elementos nucleares e não nucleares, posição dos constituintes, marcas precedentes, contexto fonético/fonológico seguinte, função sintática do SN, formalidade dos substantivos e adjetivos e animacidade.

A variável saliência fônica foi analisada pela autora considerando três dimensões:

- (i) os processos morfofonológicos de formação do plural
- (ii) a tonicidade da sílaba dos itens lexicais singulares
- (iii) o número de sílabas dos vocábulos

Segundo Scherre (1988), quanto maior a diferença fonológica entre singular e plural, maior a probabilidade de marcação de plural. A autora estabeleceu níveis de saliência fônica a partir dessa diferenciação, contemplando casos como ovo/ovos, casal/casais, mão/mãos e cor/cores. Outro fator de destaque constatado pelos estudos da autora foi a posição linear do constituinte no sintagma nominal. Os resultados mostraram que os itens localizados na primeira posição tendem a receber mais marcação de plural, independentemente da classe gramatical

Os exemplos apresentados por Scherre (1988, p. 144) ilustram esse

comportamento:

(3) as boas ações

(4) todas as casas

(5) coisas lindas

A autora ressalta, entretanto, que não se pode estabelecer correspondência fixa entre determinante e primeira posição ou entre substantivo e segunda posição, pois qualquer classe gramatical localizada no início do sintagma tende a apresentar maior probabilidade de marcação. Ainda em relação aos condicionamentos estruturais, Scherre (1988) mostrou que as chamadas marcas precedentes exercem forte influência sobre os constituintes posteriores, evidenciando a tendência segundo a qual “marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros”. O exemplo (6) evidencia esse comportamento.

(6) os piores nomes feios

(Scherre, 1988, p. 144)

Outro aspecto relevante refere-se ao contexto fonético/fonológico seguinte. A autora observou que a marcação de plural é favorecida quando o contexto seguinte é consonantal ou quando ocorre pausa, como em (7):

(7) as contas quase toda

(Scherre, 1988, p. 191)

No plano social, Scherre (1988) considerou variáveis como escolaridade, faixa etária e sexo, verificando que essas categorias também condicionam a aplicação da concordância. Seus resultados demonstraram que a variação não é aleatória, mas socialmente estruturada.

Após os estudos pioneiros de Scherre (1988), diversas pesquisas passaram a investigar a CN em diferentes variedades do português brasileiro. Entre elas, destaca-se o trabalho de Lopes (2001), desenvolvido com dados do português popular urbano de Salvador. A autora observou que a escolaridade constitui um dos fatores mais relevantes para a aplicação da regra de concordância, concluindo que “quanto mais escolaridade, mais concordância” (Lopes, 2001, p. 381). Ela também identificou diferenças relacionadas à etnia dos informantes, observando que falantes considerados descendentes de africanos aplicavam menos a regra de concordância.

Entretanto, os resultados indicaram um processo de aquisição gradual da regra pelas gerações mais jovens, especialmente entre os falantes negros.

No âmbito do português rural afro-brasileiro, Andrade (2006) investigou a CN em comunidades rurais baianas formadas por descendentes de africanos, como Helvécia, Sapé e Rio de Contas. Os resultados mostraram um percentual bastante reduzido de aplicação da regra de concordância, apenas 8%, evidenciando forte presença de formas não redundantes de plural. Segundo Andrade (2006), essas comunidades conservaram características linguísticas relacionadas ao contato intenso entre o português e línguas africanas, sobretudo em contextos de relativo isolamento social e geográfico. Portanto, o fenômeno da concordância nominal no português popular brasileiro deve ser compreendido também à luz da história sociolinguística do país e dos processos de contato linguístico.

Nessa perspectiva, Guy (2005) destaca que muitas línguas africanas, especialmente as línguas bantu e kuá, apresentam marcação de plural na primeira posição do sintagma nominal e não realizam concordância redundante entre todos os constituintes. Esse aspecto é particularmente relevante para compreender a preferência do português brasileiro pela marcação de plural no determinante ou no primeiro elemento do SN. A esse respeito, Lucchesi (2015) propõe que o português brasileiro é marcado por uma polarização sociolinguística, na qual coexistem variedades mais próximas da norma culta e variedades populares fortemente influenciadas pelos processos históricos de contato linguístico.

Considerando esse quadro, os resultados obtidos no português popular do interior da Bahia (Coelho, 2022) revelam comportamento intermediário entre o português rural afro-brasileiro e o português urbano de Salvador. O percentual de aplicação da regra de concordância encontrado foi de 17,3%, valor superior ao observado nas comunidades afro-brasileiras rurais e inferior ao encontrado em Salvador. Esses resultados reforçam a hipótese de continuum sociolinguístico proposta por Bortoni-Ricardo (2005) e Lucchesi (2015), segundo a qual diferentes variedades do português brasileiro distribuem-se ao longo de um contínuo marcado por graus distintos de aproximação da norma de prestígio.

Em outro contexto, Oushiro (2015) analisou a CN no português paulistano como um fenômeno que ultrapassa o âmbito estritamente gramatical, funcionando também como marcador de identidades sociais e urbanas. A autora investigou a alternância

entre formas como “as casas” e “as casa” e demonstrou que a ausência da marca de plural se correlaciona com fatores como escolaridade, classe social, gênero e região de residência, ocorrendo com maior frequência em áreas periféricas e entre grupos populares.

Oushiro (2015) destacou os significados identitários associados à marca zero de CN: formas como “as casa” e expressões estereotípicas como “dois pastel” passaram a indexicalizar identidades ligadas à “masculinidade”, à “paulistanidade” e ao pertencimento a bairros populares e tradicionais da cidade, como a Mooca. A ausência de CN, anteriormente associada sobretudo ao meio rural, assume em São Paulo um novo valor simbólico, tornando-se um recurso linguístico de construção de identidades urbanas locais. Assim, a CN é compreendida não apenas como uma variável morfossintática, mas também como um fenômeno socialmente significativo, relacionado às práticas de pertencimento e identificação dos falantes.

Em suma, pesquisas sobre a CN no PB demonstram que a aplicação ou não da regra de concordância envolve tanto aspectos morfossintáticos quanto fonético-fonológicos. No âmbito fonético-fonológico, destaca-se a saliência fônica, isto é, o contraste sonoro entre as formas singular e plural de uma palavra (Lemle; Naro, 1976), considerada uma das variáveis mais relevantes para a marcação de número (Chaves, 2014). Já no plano morfossintático, estudos indicam que o morfema de plural tende a ocorrer preferencialmente nos elementos situados à esquerda do núcleo do sintagma nominal (Baxter, 2009), além de surgir inicialmente na estrutura do determinante, responsável por definir o conjunto lexical do SN (Abney, 1987). Além disso, fatores sociais, como faixa etária, escolaridade, etnia, sexo, classe social, localidade e práticas de pertencimento e identidade, estão diretamente ligados a (não) aplicação da CN.

Já o conjunto de regras para a CN apresentado nas gramáticas normativas que circulam no Brasil segue o padrão lusitano e não corresponde à realidade linguística do PB. As concepções apresentadas nas gramáticas normativas de Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2016) são de que a CN é um mecanismo obrigatório da língua portuguesa, segundo o qual os elementos que integram o SN devem manter relação de concordância com os termos de que dependem, harmonizando-se quanto às flexões gramaticais. Para Rocha Lima (2011), a CN consiste na adaptação formal entre constituintes de um sintagma, podendo ocorrer tanto a concordância lógica

quanto a atrativa, dependendo de fatores como clareza, eufonia e intenção estilística do enunciador. Embora reconheça certa flexibilidade no uso da língua, destacando contextos estilísticos e literários, Rocha Lima (2011) mantém posicionamento prescritivista com uma concepção de língua fortemente vinculada à tradição normativa.

De maneira semelhante, Cunha e Cintra (2016) apresentam a CN como o mecanismo pelo qual os elementos que acompanham o substantivo (núcleo do SN), sobretudo artigos, adjetivos, numerais e pronomes, ajustam-se a ele em número. Embora a perspectiva dos autores seja essencialmente normativa, Cunha e Cintra (2016, p. 24) demonstram uma preocupação em relacionar a descrição gramatical ao uso efetivo da língua. No prefácio, os autores afirmam que a gramática busca descrever “o português atual na sua forma culta”, levando em consideração tanto a tradição literária quanto fatos da linguagem coloquial. Além disso, reconhecem explicitamente a existência da variação linguística e defendem que a língua constitui um “diassistema”, isto é, um conjunto de variedades linguísticas influenciadas por fatores geográficos, sociais e estilísticos.

Essa perspectiva aparece também quando os autores discutem a relação entre língua e sociedade. Para Cunha e Cintra (2016), a variação é inerente ao funcionamento da língua e ocorre em todos os níveis linguísticos. Contudo, apesar de reconhecerem a legitimidade das variedades linguísticas, os autores atribuem à norma padrão um papel de prestígio e de modelo linguístico socialmente valorizado. Dessa forma, a abordagem da CN na obra articula descrição gramatical, tradição normativa e certo reconhecimento para a diversidade de usos do português contemporâneo.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa e documental, fundamentado nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]) e da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2004; 2005). O trabalho tem como foco a análise do tratamento dado pelo livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio aos conteúdos de CN, retomando o caso “Por uma vida melhor” (Ramos, 2011). Busca-se compreender de que maneira o fenômeno é apresentado aos estudantes e quais concepções de língua sustentam essa

abordagem.

Para tanto, foi selecionado o LD 360º Língua Portuguesa: 3º ano, de Campos e Oda (2024). A escolha do ano (3º ano do Ensino Médio) deve-se ao fato de que, nessa etapa da educação básica, os conteúdos gramaticais tendem a ser abordados de maneira mais sistemática e aprofundada, especialmente aqueles relacionados às relações de concordância e às exigências da norma padrão, frequentemente associadas às práticas de escrita escolar e aos exames de larga escala. A seleção da obra justifica-se por sua atualidade e por sua ampla circulação na rede pública, uma vez que esta integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e é adotada no município de Petrolina-PE, local em que está presente um dos *campi* da Universidade de Pernambuco. Nesse sentido, a análise também se mostra relevante por dialogar com o contexto educacional e acadêmico em que se localiza este estudo.

Do ponto de vista metodológico, a investigação adota caráter interpretativista, uma vez que procura analisar criticamente os sentidos produzidos pelas propostas didáticas presentes no material, considerando as relações entre língua, norma, variação e ensino. O *corpus* da pesquisa é constituído pelas seções do livro destinadas ao ensino da CN, bem como pelas orientações presentes no manual do professor, tendo em vista que este também atua como mediador das práticas pedagógicas e das concepções linguísticas mobilizadas pelo LD.

A análise foi desenvolvida a partir de categorias fundamentadas em estudos sobre ensino de gramática, análise linguística e pedagogia da variação linguística (Geraldi, 2016; Bortoni-Ricardo, 2004, 2005; Faraco, 2008; Bagno, 2007, 2012). Nesse sentido, observaram-se: (i) a forma de apresentação dos conteúdos de CN; (ii) a presença ou ausência de reflexões sobre variação linguística; (iii) o tratamento dado às variantes não padrão do PB; (iv) a relação estabelecida entre norma padrão e usos efetivos da língua; e (v) as possíveis ideologias linguísticas subjacentes às atividades propostas.

Além disso, buscou-se verificar se a abordagem do LD se aproxima de uma perspectiva predominantemente normativa, centrada na correção gramatical, ou de uma perspectiva mais reflexiva e sociolinguística, pautada na heterogeneidade linguística e na análise dos usos reais da língua em diferentes contextos sociais. Para isso, a análise dialoga tanto com gramáticas normativas (Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2016) quanto com pesquisas sociolinguísticas sobre a CN no PB (Scherre,

1988; Lucchesi, 2015; Coelho, 2022).

Por fim, com a finalidade de verificar se a discussão e o ensino de CN tem tido avanços ao longo do tempo, procuramos relacionar as análises aos debates estabelecidos na ocasião do caso “Por uma vida melhor” (Ação Educativa, 2011), revisitando-os. O intuito, com esse movimento, foi o de identificar se houve a superação dos equívocos e imprecisões disseminados à época da emergência dos debates sobre o LD alvo de campanha midiática conservadora em 2011.

A partir dessa perspectiva, procura-se compreender de que maneira o LD, principal norteador da prática docente, incorpora ou limita discussões acerca da diversidade linguística do PB, observando se a variação aparece efetivamente como fenômeno constitutivo da língua ou se permanece subordinada à centralidade da norma padrão como principal referência de legitimidade linguística no espaço escolar.

### **3. A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO LIVRO DIDÁTICO: ANÁLISE E DISCUSSÃO**

O LD ocupa posição de destaque no contexto educacional brasileiro, sobretudo por ser amplamente utilizado pelos professores como principal instrumento de apoio à prática pedagógica, orientando tanto a organização dos conteúdos quanto o planejamento curricular (Ota, 2009). Embora apresente praticidade no cotidiano escolar, sua utilização de maneira pouco reflexiva pode restringir a autonomia docente e comprometer o processo de aprendizagem e de formação crítica dos estudantes, ao privilegiar metodologias voltadas à simples reprodução de conteúdos.

No âmbito da educação linguística, o LD procura acompanhar as mudanças ocorridas na área, sobretudo no que se refere ao trabalho com produção textual, buscando assegurar sua permanência e relevância nas práticas escolares (Ota, 2009). Contudo, quando se trata do ensino de gramática, ainda predomina uma perspectiva tradicional, baseada na identificação e classificação de estruturas, com pouca abordagem sobre as variedades da língua – culta e popular. O tema da variação linguística, por sua vez, figura, frequentemente, em capítulo específico, sem relação com a apresentação de outros conteúdos, mais voltados ao ensino de nomenclatura/metalinguagem.

A abordagem da CN no LD 360º Língua Portuguesa – 3º ano procura afastar-

se, em certa medida, de uma perspectiva exclusivamente normativa ao inserir o conteúdo em práticas de língua que se aproximam da realidade e em diferentes gêneros discursivos, o que corrobora a análise de Ota (2009). A seção destinada ao tema é construída a partir de textos literários, campanhas publicitárias, tirinhas e textos jornalísticos, promovendo uma reflexão sobre o funcionamento da língua em contextos de uso a partir desses gêneros textuais. De acordo com Mendonça (2022, p. 196), um dos aspectos que caracterizam a perspectiva da análise linguística é que esta é “inter-relacionada com a abordagem dos gêneros, na medida em que contempla justamente a intersecção das condições de produção e circulação dos textos e as escolhas linguísticas”.

Observa-se, ainda, que o LD articula diferentes concepções de língua. Por um lado, aproxima-se de perspectivas contemporâneas ao considerar usos reais da linguagem e inserir o conteúdo gramatical em gêneros discursivos diversos. Por outro, mantém uma concepção normativa subjacente, na medida em que a norma padrão continua sendo apresentada como principal parâmetro de legitimidade linguística. Isso corrobora o que Mendonça (2022, p. 189) afirma sobre o que as práticas de ensino de língua portuguesa da atualidade revelam, isto é, “uma mescla de perspectivas: o jeito ‘tradicional’ de ensinar gramática ainda está presente, ao passo que novas práticas também já são encontradas”.

O conteúdo é introduzido com excertos de *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, a partir dos quais os estudantes são levados a observar as relações de concordância entre substantivos, adjetivos, artigos e pronomes. Ao analisar estruturas como “tantas canoas” e “boas canoas boiantes”, o LD enfatiza que os elementos ligados ao substantivo devem concordar com ele em gênero e número. A proposta didática privilegia a observação das marcas morfossintáticas da língua, levando os estudantes a refletirem sobre quais palavras precisam ser flexionadas quando o núcleo nominal é alterado. Nesse sentido, observa-se que o material busca construir uma aprendizagem mais reflexiva da concordância.

Ao analisar o manual do professor do LD, vê-se uma recomendação de que o conteúdo seja iniciado a partir da percepção intuitiva dos estudantes acerca das formas que “soam estranhas” ou “adequadas”, incentivando a análise de frases do cotidiano e de descrições produzidas pelos próprios alunos. O manual tenta administrar pedagogicamente a tensão entre reconhecimento da heterogeneidade

linguística e manutenção da autoridade normativa escolar. Tal encaminhamento aproxima-se das propostas contemporâneas de análise linguística, segundo as quais o estudo gramatical deve emergir do uso efetivo da língua e da reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas, numa perspectiva mais indutiva, que privilegia a elaboração de hipóteses sobre o funcionamento da língua.

Outro aspecto relevante é a incorporação de usos correntes do PB, o que demonstra certa abertura para a observação da heterogeneidade linguística. Um exemplo significativo aparece na campanha publicitária “Falsificado, nem de graça!”, em que a palavra “falsificado” é empregada no singular, embora o substantivo “óculos” exija concordância plural, segundo a norma padrão. O próprio LD reconhece que esse uso se relaciona à informalidade e à linguagem cotidiana, afirmando que a expressão “nem de graça” reforça esse contexto mais próximo das práticas de oralidade. Além disso, o material mostra que, em outro trecho da campanha, a concordância reaparece de acordo com a norma: “Óculos piratas podem causar cegueira”. Observa-se que o LD aceita a heterogeneidade desde que ela permaneça subordinada à noção de adequação, ocorrendo, então, uma inserção controlada da variação linguística, na qual as formas populares são reconhecidas, mas não legitimadas plenamente como possibilidades estruturadas do sistema linguístico.

### Figura 1

1. a) O risco envolvido na aquisição e uso de óculos falsificados, impróprios para os olhos, capazes de causar males, como a cegueira.  
 1. b) A imagem do abacaxi remete ao uso metafórico popular da palavra "abacaxi" como sinônimo de um problema difícil de resolver, sentido que precisa ser recuperado pelo leitor para que faça sentido a imagem da pessoa segurando um abacaxi com óculos na altura dos olhos/cabeça. Em outras palavras, a ideia é a de que, usando óculos falsificados, de baixa qualidade, sua visão corre o risco de ser acometida por um grave problema.

### PENSAR E COMPARTILHAR

Não escreva no livro.

Observe o texto de uma peça de campanha de conscientização.



FALSIFICADO, nem de graça. 2019. 1 cartaz. Disponível em: [www.abioptica.com.br/4483-2/](http://www.abioptica.com.br/4483-2/). Acesso em: 16 set. 2024.

1. A peça de campanha alerta o leitor acerca de uma questão relativa ao consumo.
  - a) Que questão é essa?
  - b) Qual é a relação entre a fruta representada na imagem e o problema combatido pela campanha? Explique, explicitando o conhecimento de mundo que o leitor aciona para interpretar a mensagem.
2. Embora se refira a um objeto que se identifica como sendo unitário, a palavra **óculos** só admite a forma plural, por constituir um par de lentes, um par de óculos.
  - a) Com relação à norma-padrão, não respeita completamente essa regra do uso da palavra **óculos** em "Falsificado, nem de graça!". Identifique o desvio e explique-o.
  - b) Esse desvio pode ser considerado um deslize do autor do anúncio? Justifique com base em evidências do texto.
  - c) Esse desvio causa problema na recepção da mensagem por parte do leitor? Por quê?

2. c) O uso não causa problema na recepção, uma vez que os leitores usam essa forma desviante da norma no cotidiano. Assim, ao contrário, a propaganda se aproxima do leitor por trazer a voz dele para o texto da campanha, gerando identificação.

2. b) Não se trata de um deslize, mas de um uso intencional. Os falantes do português brasileiro empregam cotidianamente a forma desviante de **óculos** como singular, fazendo sua concordância como se fosse singular.

Atividade sobre CN do LD 360º Língua portuguesa: 3º ano

Fonte: Campos e Oda (2024, p. 104)

As próprias atividades do LD evidenciam a predominância da perspectiva normativa no tratamento da CN. Na atividade baseada na campanha "Falsificado, nem de graça!" (Figura 1), por exemplo, o manual do professor reconhece que expressões como "óculos falsificado" são frequentes na oralidade, mas classifica a ocorrência como "desvio" (questão 2, letra a: "Identifique o desvio e explique-o"; letra b: "Esse desvio pode ser considerado um deslize do autor do anúncio?"; e letra c: "Esse desvio causa problema na recepção da mensagem [...]?" ), reafirmando a norma padrão como parâmetro central de legitimidade linguística (questão 2, por exemplo: "a palavra óculos só admite a forma plural").

De modo semelhante, em outras atividades, as variantes não padrão aparecem prioritariamente como formas inadequadas em relação à gramática normativa, e não como fenômenos variáveis condicionados por fatores linguísticos e sociais. Assim, ainda que o LD incorpore gêneros discursivos diversos e usos reais da língua, como indica a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reflexão sociolinguística

permanece limitada e subordinada à lógica da correção gramatical, com primazia das regras de uso da norma padrão.

Sob a perspectiva da Sociolinguística Educacional, é necessário que o ensino de língua esteja atrelado ao entendimento de que esta é heterogênea e variável, conforme defendem Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Faraco (2008) e Bagno (2015). Ao reconhecer que determinadas construções não comprometem a produção de sentidos e que variedades linguísticas coexistem socialmente, o LD desloca parcialmente a noção de erro absoluto para uma reflexão sobre usos e adequações linguísticas. Entretanto, apesar desse avanço, a abordagem sociolinguística ainda se mostra limitada. Embora o LD apresente exemplos de usos reais da língua, a variação linguística não é efetivamente tomada como objeto de análise. Os fenômenos variáveis aparecem de forma pontual e subordinados à reafirmação da norma padrão. Assim, mesmo quando determinadas ocorrências linguísticas são reconhecidas como frequentes na oralidade, elas continuam sendo tratadas como desvios em relação ao modelo legitimado pela gramática normativa.

Essa limitação se torna mais evidente porque as atividades propostas concentram-se majoritariamente na identificação das formas consideradas corretas e na aplicação das regras de concordância, sem explorar de maneira sistemática os fatores linguísticos e sociais que condicionam a realização variável da CN no PB, reforçando o que Geraldi (2006) e Mendonça (2022) apontam sobre o predomínio da perspectiva tradicional voltada para identificação e classificação de estruturas. Não há, por exemplo, discussões sobre a distribuição social das variantes ou sobre os contextos de monitoramento estilístico ou uso intencional da ausência de CN como marcador de identidade em determinados grupos sociais.

A ausência dessa abordagem é significativa, uma vez que, como já foi dito, pesquisas sobre a CN no PB demonstram que a marcação de plural constitui um fenômeno variável e sistemático, condicionado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Limitar o tratamento dessas ocorrências à categoria de inadequação reduz a complexidade do fenômeno linguístico e reforça a centralidade da norma padrão como único modelo legítimo de língua.

Além disso, o LD pouco problematiza as relações entre língua, preconceito linguístico e desigualdade social. Ainda que utilize textos marcados pela oralidade, especialmente os literários, o livro não aprofunda a discussão sobre os estigmas

associados às variedades populares nem sobre o papel da escola na valorização da diversidade linguística. A falta dessa reflexão contribui para a manutenção de uma concepção hierarquizada das variedades do português, na qual a norma padrão continua ocupando posição de superioridade simbólica.

Falar sobre concordância de número, de modo geral, perpassa por abordar um fenômeno linguístico bastante estigmatizado socialmente. A percepção de que certos “erros” de concordância indicam pouca escolaridade ou falta de competência revela preconceitos arraigados, que mascaram a complexidade dos mecanismos linguísticos. Ao observar esse fenômeno variável, nota-se que a concordância é moldada por fatores linguísticos predizíveis dentro do sistema controlado por regras, logo, a variação não é caótica nem aleatória (Weinreich; Labov; Herzog, ([1968] 2006; Mollica; Braga, 2003). O estigma social atua como barreira para se estudar com rigor as regras que regem o arranjo de termos e o acordo entre elementos da oração. Entender esse fenômeno exige examinar usos reais da língua, não apenas normas prescritivas.

A tensão entre reconhecimento da diversidade linguística e reafirmação da norma padrão como referência legitimadora também pode ser observada em debates anteriores sobre o ensino de língua portuguesa, como no caso “Por uma vida melhor” (Ação Educativa, 2011). À época, o LD de língua portuguesa *Por uma vida melhor* (Ramos, 2011) foi alvo de forte repercussão midiática ao ter sua abordagem sobre ocorrências linguísticas frequentes na oralidade do PB questionada, inaugurando um acontecimento discursivo que desencadeou intensa produção jornalística (sobretudo originada nas Organizações Globo) cuja ideologia linguística conservadora acusava o material de “tolerar erros de português” e “causar estrago no aprendizado de meio milhão de brasileiros” (Segalla; Cavalcanti, 2011). Evidenciava-se aí o preconceito linguístico que sustentava as resistências sociais e institucionais ainda existentes em relação à inserção da variação linguística no espaço escolar.

A obra, destinada à Educação de Jovens e Adultos e integrante do Programa Nacional do Livro Didático, abordou a variação linguística em um de seus capítulos, apontando que usos linguísticos não alinhados à norma padrão são usados no cotidiano e não são erros. Alinhada a uma perspectiva sociolinguística, a autora do LD tratava a CN como “um fenômeno variável e não categórico, sem deixar, todavia, de explicitar o valor social da norma culta” (Baronas; Cox, 2013, p. 67).

No entanto, esse LD se tornou alvo de críticas e polêmicas baseadas em trechos recortados de sua totalidade. Grande parte da mídia posicionou-se de forma contrária à adoção da obra, dirigindo críticas tanto ao MEC quanto ao próprio conteúdo do livro, evidenciando como determinadas variantes de concordância ainda são estigmatizadas, associadas a pouca escolaridade ou incompetência linguística. Exatamente por distinguirem grupos sociais, casos de concordância não redundante são facilmente percebidos como erro e sofrem maior preconceito linguístico e social. Assim, o episódio revelou que o debate sobre concordância ultrapassa questões estritamente gramaticais, envolvendo também disputas ideológicas e preconceitos que dificultam a compreensão da língua em sua diversidade e em seus usos reais.

Em contrapartida, linguistas e educadores manifestaram-se publicamente em defesa da necessidade de um debate mais amplo acerca das concepções pedagógicas e ideológicas que fundamentam a proposta da obra. As respostas favoráveis à proposta teórica do LD, produzidas por intelectuais, pesquisadores, linguistas e associações de linguistas foram publicadas em um dossiê organizado pelo grupo editorial responsável pela produção da proposta pedagógica da obra (Ação Educativa, 2011). Esses textos evidenciam a importância de se compreender a língua como um fenômeno heterogêneo e socialmente situado. Além disso, defendem que construções como “os livro” ou “nós pega o peixe” – apresentados pelo livro *Por uma vida melhor* como variação muito presente na oralidade – não representam ausência de gramática, mas variantes linguísticas organizadas por regras próprias, recorrentes em determinadas variedades do português brasileiro.

Nessa perspectiva, a partir da polêmica midiática, autores como Faraco (2011), Possenti (2011) e Lemle (2011) defenderam que o papel da escola não deve ser o de estigmatizar a fala popular, mas o de possibilitar ao aluno o domínio da norma padrão sem deslegitimar sua variedade linguística de origem. Tal posicionamento dialoga com a crítica ao preconceito linguístico e com a necessidade de um ensino de língua portuguesa que considere a variação como constitutiva do funcionamento da língua.

Portanto, essa visada propunha uma pedagogia linguística voltada para a ampliação da competência comunicativa dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Ao defender que a escola ensine a norma padrão sem apagar a legitimidade das variedades populares, a atitude dos autores que se posicionaram diante da polêmica promovida contra o LD *Por uma*

*vida melhor* (Ação Educativa, 2011) deslocou o foco do ensino de língua portuguesa da simples correção gramatical para uma reflexão crítica sobre linguagem, identidade e inclusão social.

Essa perspectiva evidencia que o domínio da norma culta não deve ocorrer por meio da negação das formas populares de fala, mas pela compreensão das diferenças entre as modalidades linguísticas e de seus usos sociais. Quando comparado ao LD 360º Língua Portuguesa – 3º ano (Campos; Oda, 2024), percebe-se que, embora sua proposta pedagógica incorpore parcialmente discussões sobre usos reais da língua, nele ainda não se desenvolve uma valorização da heterogeneidade linguística ou uma forma consistente de problematização sociolinguística das relações entre variação, poder e preconceito linguístico, aspecto que aparece de maneira muito mais explícita e crítica no debate suscitado pelo caso *Por uma Vida Melhor*.

Desse modo, embora o LD de Campos e Oda (2024) apresente avanços importantes ao contextualizar o ensino da CN a partir da incorporação de gêneros discursivos diversos, sua abordagem ainda se revela insuficiente para fomentar uma pedagogia sociolinguística crítica e impedindo que o ensino de gramática ofereça um retrato mais próximo da realidade da língua. Torna-se relevante pensar o ensino de CN a partir de uma pedagogia da variação linguística, conforme propõem Bortoni-Ricardo (2004) e Faraco (2008), em que a norma padrão seja compreendida não como única forma legítima de uso da língua, mas como uma variedade socialmente prestigiada entre outras possibilidades existentes no PB.

Ao não apresentar reflexões concretas sobre a variação linguística, em seus aspectos sociais, históricos e ideológicos (Possenti, 1996; Bagno 2007), o LD pode limitar o desenvolvimento de uma consciência sociolinguística crítica por parte dos estudantes, reduzindo as possibilidades de uma educação linguística voltada para o reconhecimento da heterogeneidade constitutiva da língua e, conseqüentemente, de uma sociedade democrática e plural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o tratamento dado pelo livro didático de língua portuguesa do Ensino Médio aos conteúdos de CN. Para tanto, tomou-se a abordagem desse conteúdo presente no LD 360º Língua Portuguesa: 3º ano, de

Campos e Oda (2024), buscando compreender de que maneira o fenômeno é apresentado aos estudantes e quais concepções de língua sustentam as propostas didáticas do material. Fundamentada nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional, a análise permitiu observar como o LD articula conteúdos gramaticais, usos efetivos da língua e reflexões sobre variação linguística no ensino de língua portuguesa.

Os resultados evidenciam que o material didático incorpora, ainda que parcialmente, contribuições de perspectivas contemporâneas do ensino de língua, sobretudo ao utilizar gêneros discursivos diversos, inserir marcas de oralidade e reconhecer a heterogeneidade linguística do PB. Além disso, observa-se certa aproximação com orientações da BNCC (Brasil, 2018), especialmente no que se refere à valorização dos usos sociais da linguagem e ao desenvolvimento de práticas de análise linguística contextualizadas. Entretanto, a análise demonstrou que essa abertura à diversidade linguística ocorre de maneira limitada e controlada, uma vez que a norma padrão permanece como principal referência de legitimidade linguística no LD e, conseqüentemente, no espaço escolar.

As atividades analisadas evidenciam que, embora o LD reconheça a recorrência de variantes não padrão na oralidade do PB, essas ocorrências continuam sendo enquadradas a partir da lógica do “desvio” e da inadequação em relação à gramática normativa. Dessa forma, a reflexão sociolinguística aparece de maneira pontual e superficial, sem uma problematização mais ampla acerca dos fatores sociais, históricos e ideológicos envolvidos na hierarquização das variedades linguísticas. Nesse sentido, o material promove uma abordagem da variação linguística subordinada à centralidade normativa, limitando o tratamento da CN como fenômeno variável e sistemático do PB.

A revisita ao caso *Por uma vida melhor* deu a ver que tal perspectiva, que contribui para a manutenção de inseguranças linguísticas e para a reprodução de estigmas associados às variedades populares da língua, já presente e evidenciada pela polêmica em 2011, não foi superada. Ao não desenvolver de maneira mais crítica discussões sobre preconceito linguístico e sobre os mecanismos sociais que legitimam determinadas variedades em detrimento de outras, o LD restringe as possibilidades de construção de uma educação linguística mais reflexiva e socialmente situada. Assim, reforça-se a necessidade de práticas de ensino que

compreendam a variação linguística como constitutiva da língua e que promovam uma abordagem crítica das relações entre linguagem, sociedade e poder.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para as discussões acerca do ensino de gramática e da presença da Sociolinguística nos livros didáticos de língua portuguesa, especialmente no que se refere ao tratamento da CN. Acredita-se que a pesquisa possa incentivar novas investigações sobre a forma como os LDs contemporâneos incorporam ou limitam perspectivas voltadas para a valorização da diversidade linguística no contexto escolar. Além disso, ressalta-se que as discussões levantadas neste trabalho podem contribuir para a elaboração de materiais didáticos e práticas pedagógicas mais alinhados aos pressupostos da pedagogia da variação linguística, favorecendo abordagens que compreendam a heterogeneidade do PB como constitutiva da língua e promovam uma educação linguística mais crítica, reflexiva e socialmente situada.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Disponível em <[https://www.academia.edu/8900477/Por\\_uma\\_vida\\_melhor](https://www.academia.edu/8900477/Por_uma_vida_melhor)>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

ANDRADE, P. R. de. **Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil**: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2003.

ANDRADE, P. R. de. A concordância nominal de número no português afro-brasileiro. In: **Anais da XX Jornada – GELNE**: João Pessoa-PB. 2006, p. 2075-2082.

ARAÚJO, M. A. F. de; SARAIVA, E.; SOUSA FILHO, S. M. de. Análise de um livro didático de língua portuguesa: ensino tradicional de gramática versus gêneros discursivos e análise linguística. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, 2021, p. 268-281.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2015.

BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 65-93, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ld/a/x5bSyfw743FRRRxZx49JMJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23/05/2026.

BAXTER, A. N. A concordância de número. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português afrobrasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRANDÃO, S. F. Patterns of plural agreement within the Noun Phrase. In: **Journal of Portuguese Linguistics**, 12 (2), 2013, p. 51-100.

BRANDÃO, S. F. Concordância nominal em três variedades do português: resultados gerais, novas indagações. In: **Cuadernos de la ALFAL**, n.7. 2015, p. 36-52.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p.171 e 189.

CAMPOS, M. T. R. A.; ODA, L. K.S. **360º Língua Portuguesa**: 3o ano. São Paulo: FTD, 2024.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAVES, R. G. Princípio de saliência fônica: isso não soa bem. In: **Letrônica**, 7 (2), 2014, p. 522-550

COELHO, T. **A concordância nominal de número no português do interior da Bahia**: interferência do contato entre línguas? Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Lexikon: Editora Digital Ltda, 2016.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. Polêmica vazia. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Disponível em <[https://www.academia.edu/8900477/Por\\_uma\\_vida\\_melhor](https://www.academia.edu/8900477/Por_uma_vida_melhor)>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

GERALDI, J. W. Atividades epilinguísticas no ensino da língua materna. In: **Atas do SIELP/V FIAL: Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa, Fórum Ibero-Americano de Literacias**, 2016, p. 12-22.

GUY, G. **Linguistic Variation in Brazilian portuguese**: aspects of the Phonology, Syntax, and Language History. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G. A questão da criouliização no português do Brasil. In: ZILLES, A. M. S. (Ed.). **Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p.15-38.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. [**Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.]

LEMLE, M.; NARO, A. Syntatic diffusion. In: **Ciência e Cultura**, v. 29, n. 3, 1976, p.259-268.

LEMLE, M. Uma nação com variadas línguas. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Disponível em <[https://www.academia.edu/8900477/Por\\_uma\\_vida\\_melhor](https://www.academia.edu/8900477/Por_uma_vida_melhor)>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

LOPES, N. da S. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2001.

LUCCHESI, D. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: MENDONÇA, M.; BUNZEN, C. (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2022, p. 187-218.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. In: **DELTA**, n. 9, 1993, p. 437-454.

OTA, I. A. da S. O livro didático de língua portuguesa no Brasil. In: **Educar em revista**, 2009, p. 211-221.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

POSSENTI, S. Analisar e opinar. Sem ler. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Disponível em <[https://www.academia.edu/8900477/Por\\_uma\\_vida\\_melhor](https://www.academia.edu/8900477/Por_uma_vida_melhor)>. Acesso em: 30 de abril de 2026.

PROJETO VERTENTES. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2026.

RADFORD, A. **Syntactic Theory and the Structure of English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAMOS, H. **Por uma vida melhor** (Coleção Viver, Aprender). São Paulo: Global / Ação Educativa, 2011.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Editora: J. Olympio, 2011.

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SEGALLA, A.; CAVALCANTI, B. O assassinato da língua portuguesa. In: **Istoé**, 20/05/2011. Disponível em: <[https://istoe.com.br/138200\\_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/](https://istoe.com.br/138200_O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/)> Acesso em: Agosto de 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (org.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-188. [Tradução brasileira: **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006].

### Sobre as autoras

#### Thamiris Coelho

Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), pesquisadora do GEPELCE - Grupo de Estudos e Pesquisas da Linguagem no Contexto Educacional (UPE - Campus Petrolina). Doutora

em Língua e Cultura (PPGLinC) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Língua e Cultura pela mesma universidade e graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem como subáreas de pesquisa a Sociolinguística Variacionista, a Sociolinguística Educacional e o Contato Linguístico. Atuou como membra do Projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia (UFBA).

**Monique Alves Vitorino**

Doutora e Mestra em Letras, com área de concentração em Linguística, pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Língua Portuguesa e Graduada em Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba, com habilitação em língua portuguesa. Trabalha, principalmente, nos seguintes temas: descrição e análise de gêneros textuais, letramentos, multiletramentos, análise crítica do discurso, ensino de língua portuguesa e de literatura. Atualmente é pesquisadora do DICENS (Práticas Discursivas, Interação Social e Ensino) e Professora Adjunta do Colegiado de Letras Português/Inglês, na Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina.